

Folha Nacional

10 A 16 DE JANEIRO DE 2023 | SEMANÁRIO | ANO 1

www.folhanacional.pt

DEMOCRACIA EM PERIGO!



PORTUGAL CAI NO RANKING DA LIBERDADE

Há três anos que o nosso país perdeu a categoria de "país totalmente democrático" e desde então, depois de ter aplicado medidas restritivas da liberdade e estados de emergência a propósito da pandemia, não voltou mais a ser considerada.

// PÁG. 04

país

NETFLIX ACABOU COM A PARTILHA DE CONTAS EM PORTUGAL // PÁG. 12

economia

SALÁRIO MÉDIO POR TRABALHADOR DIMINUIU 4% EM TERMOS REAIS // PÁG. 08

economia

RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS CAI EM PORTUGAL, MAS SOBE NA POLÓNIA // PÁG. 09

política nacional

MINISTRO GOMES CRAVINHO ADMITE: "CLARO QUE FOI UM ERRO"

// PÁG. 06



país

MIGRANTES EM PORTUGAL VIVEM NUMA "SELVA URBANA", ACUSA AMNISTIA INTERNACIONAL

/ PÁG. 06



sumário



Deputado do PSD perde imunidade por suspeitas de corrupção

// pág. 07

A Assembleia da República votou favoravelmente o levantamento da imunidade parlamentar do deputado do PSD, Joaquim Pinto Moreira, numa investigação na qual é suspeito da prática de quatro crimes, entre os quais corrupção passiva e prevaricação.



Bruxelas desembolsa a Portugal mais 1,8 mil milhões do PRR

// pág. 09

A Comissão Europeia desembolsou, na quarta-feira, a segunda tranche de 1,8 mil milhões de euros do PRR a Portugal. Por seu lado, o Presidente da República avisou que a sua execução tem de ser acelerada, ao contrário do que tem acontecido.



DO PARTIDO DO PROTESTO AO PARTIDO DO GOVERNO!



POR **CARLOS MEDEIROS**

MEMBRO DA DIREÇÃO NACIONAL DO PARTIDO CHEGA

No rescaldo da quinta convenção do partido CHEGA, é o momento de olharmos para o futuro com confiança, mas também com responsabilidade reforçada, pois como referi no meu discurso na Convenção Nacional do Partido CHEGA, os números das sondagens, que nos dão 14,2% e 34% para o líder da oposição ao governo socialista, o nosso presidente André Ventura, não são números abstratos.

Por detrás destas percentagens, existem centenas de milhares de portugueses que depositam em nós a esperança da mudança para Portugal.

Cabe a todos os dirigentes do partido, aos autarcas, aos militantes do CHEGA, de tudo fazerem, para não os desiludir.

O nosso partido encontra-se hoje com a casa arrumada, como constatámos na convenção, com a eleição do nosso presidente com mais de 98% dos votos e com a sua Direção Nacional a ser aprovada com 91% dos votos, e que confirmou a confiança das bases do partido no nosso presidente, assim como nas suas escolhas estratégicas e do rumo que traçou para o futuro.

Também gostaria de realçar o trabalho do grupo parlamentar e de relembrar as dúvidas de alguns (poucos!) que duvidaram da escolha do presidente para as listas dos deputados nacionais!

Que sirva de exemplo para todos!

Os nossos deputados, que sem medo de ir ao combate, lutam todos os dias no parlamento para defenderem e melhorar a vida dos portugueses, são hoje um orgulho para o partido e para Portugal.

Uma orquestra, com um excelente maestro, André Ventura!

Com o aparecimento do partido CHEGA e do seu líder carismático, a história política portuguesa mudou radicalmente, mas o objectivo final, o de governar Portugal, ainda está longe de ser atingido.

Como referiu o presidente no seu discurso de encerramento da 5ª Convenção Nacional, “o CHEGA não foi criado para protestar, mas sim para governar Portugal”!

Mas, para isso, devemos ser unidos e acabar com as guerrinhas internas, nas distritais, nas concelhias ou nas freguesias e pensar nas causas do CHEGA que nos une e do apoio incondicional que devemos ao presidente do partido.

As ambições individuais na política podem ser saudáveis, mas essas ambições devem ser inseridas imperativamente no trabalho colectivo.

Sem o colectivo, morremos na praia!

O partido CHEGA é como um diamante, com várias facetas, e que até podemos não gostar de todas, mas existem fundamentos que nos unem, como a lealdade, trabalho e respeito que nunca devem ser esquecidos.

Caros amigos, o caminho faz-se caminhando, e hoje o CHEGA, liderado pelo nosso presidente André Ventura, está no bom caminho para fazer história e finalmente mudar Portugal, mas esse caminho está cheio de obstáculos que só poderão ser ultrapassados se formos unidos entre nós, com a liderança do nosso presidente e em sintonia com as causas que defendemos para bem de Portugal. Vamos em frente com André Ventura, para governar Portugal.

Viva o CHEGA! Viva André Ventura!



O ELEFANTE NO MEIO DA SALA



POR **LUC MOMBITO**

CONSELHEIRO NACIONAL

O PSD entrou em desespero, Montenegro e companhia perceberam que muito provavelmente, o poder lhes cairá nas mãos, mas nem a bagunça interna, nem o elefante no meio da sala (André Ventura - CHEGA) lhes dão margens de manobra.

O PSD sabe que tem um líder “estranho” ao corpo parlamentar, um general sem tropas no terreno. A juntar com o sentimento de traição a pairar no ar, nada ajuda a acalmar as hostes.

É pena que a convulsão provocada dentro do Partido Socialista não tenha ajudado a rebater com eficácia as cartas à Direita.

O PSD tornou-se, a seguir a Pedro Passos Coelho, num aglomerado de barões sem títulos e de “habitues” à regência sem poder.

Luis Montenegro revelou ser mais um oportunista que soube muito bem fazer-se de morto, atravessou um deserto maior do que o Sahara para quando visse um oásis, morresse antes de lá chegar.

Uma estória de liderança que não muda de rumo, nem que o país esteja à ferro e fogo!

O apoio incondicional, cego e de suposta “responsabilidade” que o PSD tem dado de bandeja à António Costa é algo abominável numa jovem Democracia como a nossa:

Todos estamos recordados da gestão desastrosa em tempos de pandemia, do fim dos debates quinzenais e “boicotes” de iniciativas legislativas que tenham a chancela do partido de André Ventura.

O antigo líder social-democrata por “engano” (e que mais se identifica como socialista), Rui Rio, chegou a admitir conversar com outro líder do CHEGA que não o Ventura, só por se tratar do maior fenómeno político dos últimos 20 anos.

E com isso estamos entendidos.

A isso acresce o facto de o PSD saber que com o CHEGA não há tibiezas nem “mas”, ou “meio mas”. Conosco é sim ou sopas:

- Sim ou sopas sobre a Eutanásia;
- Sim ou sopas sobre o aumento de penas para crimes violentos e reincidência;
- Sim ou sopas sobre a perversida-

de nas políticas de subsídios do Estado à quem não quer fazer absolutamente nada;

- Sim ou sopas sobre as quotas de imigração e integração europeia;

- Sim ou sopas sobre a TAP;

- Sim ou sopas sobre alterações que se impõem, “malgrès tout”, à Constituição da República Portuguesa;

- Sim ou sopas sobre a melhoria de condições para polícias e militares;

- Sim ou sopas sobre o orgulho nacional, que deve ser saudavelmente preservado dos ataques civilizacionais que o Bloco, o LIVRE, o PAN, a IL e os comunistas têm feito, etc.

A lista é longa e não acaba nas premissas atrás apresentadas. Por essa razão, o PSD terá mesmo de rezar para que o povo se esqueça das amizades, convívios e cumplicidades entre os próprios e os socialistas ao longo dos últimos 50 anos.

Sem isso, não vão lá, e terão mesmo de nos gramar, der por onde der, porque o povo é soberano.

Seria bom que os portugueses não se esquecessem de tudo o que passaram nos últimos anos, quando forem chamados a decidir de novo sobre o futuro.

O CHEGA, por seu lado, nunca se coibiu de lançar desafios, nem deixou de apontar o dedo aos sociais-democratas, liberais ou centristas (quando ainda contavam para o cálculo político) porque quer estar pronto para servir Portugal e os portugueses. E isto que se espera de um partido político: que defenda os interesses dos portugueses e não dos partidos.

Agora, talvez tenha chegado o momento e a oportunidade de uma geração afortunada pelo ocaso, poder mudar de rumo uma vez por todas para, finalmente, transformar Portugal num país próspero que não precisa de andar de mão estendida em Bruxelas a pedir esmolas.

Esse é o realismo que a situação vigente obriga, e não há nada a fazer, a não ser que Cristo desça à terra e acabe com a bandalheira em que nos deixaram os que têm governado desde Abril de 74.



HAVERÁ FUTURO PARA A EUROPA?



POR **RICARDO REIS**
VOGAL DA JUVENTUDE CHEGA

Num Mundo cada vez mais global existem, inevitavelmente, vencedores e vencidos, como aliás em qualquer grande mudança ao nível da arena internacional. No caso europeu, o aumento de influência do "polvo" denominado por União Europeia criou claros beneficiados - os seus líderes e elementos promotores - mas também deixou bastante claro que os grandes prejudicados daquele que é o novo projeto europeu, que já não assenta na colaboração de nações, mas sim numa tentativa de instaurar um federalismo centralizado nas personas de Bruxelas, são inequivocamente as nações (que deveriam ser soberanas), e os próprios europeus, hoje dependentes da agenda política e cultural marxista dos senhores de Bruxelas.

Não me interpretem mal, com isto não quero dizer que sou contra o projeto europeu na sua fundação, até porque defendo que nações soberanas têm maior possibilidade de prosperar se cooperarem entre si. Porém, na base de qualquer acordo ou projeto tem de estar explícito que as nações que nele estão englobadas são soberanas e devem ter a palavra final em matérias que influenciem diretamente a sua segurança, economia, demografia e bem-estar dos seus.

Nesta Europa marcadamente afogada em políticas de esquerda, visando a destruição dos valores religiosos, com uma constante necessidade de atacar o Cristianismo, ou fechar os olhos aos ataques que este sofre, ou mesmo a destruição das famílias com constantes incentivos e políticas de promoção de verdadeiros ataques à célula base da sociedade. Posso afirmar o mesmo quanto à perceção de Pátria, que aos olhos de qualquer pessoa representa a nossa nação, as nossas fronteiras, costumes e herança histórica e cultural, mas que sofre constantes ameaças, com a ideia de uma Europa de fronteiras abertas. Estes ataques cerrados aos valores milenares europeus não vêm só de Bruxelas, são apoiados e financiados por vários partidos marxistas nos vários parlamentos das nações europeias,

funcionando como bactérias de promoção da destruição nacional e dos valores europeus.

No combate ao parasitismo dos valores pregados pela esquerda marxista, é fundamental a união dos partidos conservadores, soberanistas e nacionalistas por toda a Europa, união essa que ficou bastante fortalecida na última Convenção do CHEGA, que contou com a presença de vários partidos europeus. Entre vários discursos a mensagem passada foi uniforme: combate ao vírus socialista que propaga a corrupção, o aumento da gordura do Estado e promove o parasitismo. Também uma posição de união quanto às fronteiras e futuro demográfico e de segurança do continente e das suas soberanas nações. Ao contrário do que os marxistas defendem, não necessitamos de "importar" para resolver a crise demográfica, necessitamos sim de investir em políticas de natalidade e de habitação jovem que auxiliem os casais mais jovens a ter mais filhos.

Sintetizando, a Europa só sobreviverá se o globalismo marxista for combatido, juntamente com as suas políticas de destruição dos valores europeus como a família, o Cristianismo, a Pátria, assim como o constante ataque à herança cultural, étnica e histórica partilhada pelos europeus. As nações devem permanecer soberanas e as suas políticas totalmente voltadas para os seus. Para que a Europa sobreviva e continue a ser o pináculo da evolução, da inovação e progresso, é hoje necessário defendê-la dos ataques externos, mas também dos vários parasitas internos que procuram destruí-la por dentro. Para tal é essencial apoiar partidos com políticas nacionalistas, soberanistas e voltadas para os europeus e o seu futuro.

Não podemos permitir que o futuro dos nossos filhos e netos seja entregue a marxistas corrompidos que não hesitaram em "vender" o futuro da Europa a uma realidade de insegurança, de substituição demográfica, de perseguição ao Cristianismo, de destruição da família tradicional como célula base da sociedade, ou mesmo da soberania das nações e primazia dos nacionais sobre os demais



A PROPÓSITO DAS SUBVENÇÕES VITALÍCIAS...



POR **MANUEL DAMAS**
MÉDICO E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

Anuncio, previamente, a minha posição, qual declaração de interesses: não sou miserabilista no que ao reconhecimento público deva ser prestado. Mas não admito, regimes de excepção, nem compreendo, porque não aceito, o sigilo que a Ministra do Trabalho impôs, através da Caixa Geral de Aposentações quanto à possibilidade de consulta da lista dos putativos 298 "magníficos", incluindo os respectivos nomes e os montantes de cada "pensão" que, modernamente, designam por "subvenção". Porque "pensão" ficava rasca. O sigilo, creio, não estará relacionado com a Ética Republicana de que tantos socialistas se gabam e babam. Na mesma não se incluiria, evidentemente, pintar as unhas em Sessão Plenária...espero.

Considero, porque sempre considere, que a Política e o inerente cumprimento de mandatos deva ser encarado com espírito de Missão. Até porque ninguém segue a carreira política por obrigação. Mas, com implícita, espero, devoção.

E, nem sequer, vou dar relevância ao facto de cada Deputado dispôr, para si próprio, de três computadores: um portátil, outro fixo no gabinete e ainda um fixo no plenário da AR. Em resumo, cada Deputado tem 3 computadores para si próprio. Espero que, no mínimo, tenham o cuidado de limpar, diariamente, o "histórico" de consultas...É que, por vezes, no Canal Parlamento, até parece que alguns Deputados estão nas Redes Sociais, mas deve ser da minha miopia. Computadores que serão devolvidos, estou certo, quando terminam os mandatos, incluindo os portáteis, obviamente. Espero!

Poderão perguntar: mas quem quereria computadores portáteis usados? E eu replico: todos esses computadores portáteis seriam "ouro" para uma qualquer ONG que trabalhe com jovens desfavorecidos. Mas das verdadeiras.

Por outro lado, não acredito, porque não quero acreditar, que um Deputado se "suje" por um portátil...mesmo que 150, em 230, aleguem, mensalmente, moradas falsas para poderem receber um complemento de vencimento não justificável.

O mesmo subsídio que o Presidente da AR, se declarou, em tempos, "incapaz de verificar, por falta de recursos" que, informáticos não serão, certamente.

Com tantos recursos informáticos ao dispor, iliteracia informática não pode ser aventada, com toda a certeza.

Que sorte teve a Microsoft...

Fez o pleno, certamente, num excelente negócio. Para o País, obviamente!

O facto de um dos Directores da Microsoft ter sido Deputado foi, com toda a certeza, mera coincidência. Apenas e só!

O café ao dispor na AR ainda é da Nespresso e gratuito? Bem, regressemos às subvenções vitalícias.

Considero intolerável a existência de tal lista e o sigilo oficial imposto. Considero, ainda, intolerável que todos os "beneficiários" vejam a sua subvenção duplicar, automaticamente, quando atingem os 60 anos de idade, o que não acontece, por exemplo, aos ex-combatentes do Ultramar. Tão mais justo seria!

Aliás, considero que, sendo as referidas subvenções uma putativa "recompensa" pelos serviços públicos prestados, um qualquer reconhecimento, um eventual "prémio", o mesmo caduque também de forma automática se o "beneficiário" for condenado e preso. Não aceito que um "criminoso", julgado e condenado continue a auferir tal "prémio", ainda por cima vitalício. Tal como sucedeu e sucede, por exemplo, a José Sócrates e Armando Vara, entre outros.

Assim como considero que, em caso de julgamento, conseqüente condenação e ulterior detenção, lhe sejam retiradas as condecorações eventualmente recebidas. Mas isto seria, se o Conselho das Condecorações Honoríficas funcionasse e tivesse coragem. Em tom sarcástico-mordaz e para concluir.

Eu até defendo que, para além da generosa subvenção vitalícia que cada Deputado recebe ao fim de apenas 8 (passou recentemente para 12) anos de extraordinariamente "cansativos e esforçados" trabalhos parlamentares, para além dos subsídios de morada falsa e das generosas refeições cobradas a valor meramente simbólico e muito generoso, já para não esquecer o também muito generoso "Subsídio de Reintegração na Vida Activa", considero, repito, que deveriam receber um Kit de sobrevivência que teria que incluir uma condecoração, para todo e qualquer Deputado, obviamente de nível básico (proponho grau lata).

sumário



Só um em cada quatro alojamentos é adequado ao nº. de residentes

// pág. 12

Apenas um em cada quatro alojamentos em Portugal contém o número de divisões adequado ao número de habitantes, com 12,7% em situação de sobrelotação e 63,6% com mais divisões do que o necessário, segundo o INE.



Adesão à União Europeia é o "caminho para casa", diz Zelensky

// pág. 15

O Presidente da Ucrânia insistiu, na quinta-feira, que a adesão à União Europeia "é o caminho para casa" e a vitória na guerra "é obrigatória", sob pena de a maior "força antieuropeia" acabar com "o modo de vida europeu".

DEMOCRACIA EM PERIGO!

PORTUGAL NO PELOTÃO DE TRÁS NA EUROPA

Portugal é agora considerado pelo conceituado ranking de democracias do Economist como uma “democracia com falhas”.

Há três anos que o nosso país perdeu a categoria de “país totalmente democrático” e desde então, depois de ter aplicado medidas restritivas da liberdade e estados de emergência a propósito da pandemia, não voltou mais a ser considerada.

O relatório de 2022, divulgado pela The Economist Intelligence Unit, com o título “Frontline democracy and the battle for Ukraine”, coloca Portugal com 7,95 pontos em 10, na 28.ª posição global. Relativamente aos países da Europa, Portugal fica na 16.ª posição, atrás de países como a Grécia e Espanha.

Ao contrário de Espanha e França, que conseguiram este ano recuperar o estatuto de “democracia plena”, ainda não foi desta que Portugal conseguiu recuperar este estatuto, continuando a marcar passo. “Dos 21 países da região cobertos pelo índice, 19 melhoraram a sua pontuação, um manteve-se e outro piorou. Dois países, França e Espanha, passaram de “democracias imperfeitas” para “democracias plenas”, pode ler-se no relatório.

Relativamente à Europa Ocidental, o relatório destaca que “a única categoria para a qual a pontuação permanece inalterada, em 7,59, é a

participação política” e que “várias pontuações das categorias da região voltam para onde estavam antes da pandemia covid-19”.

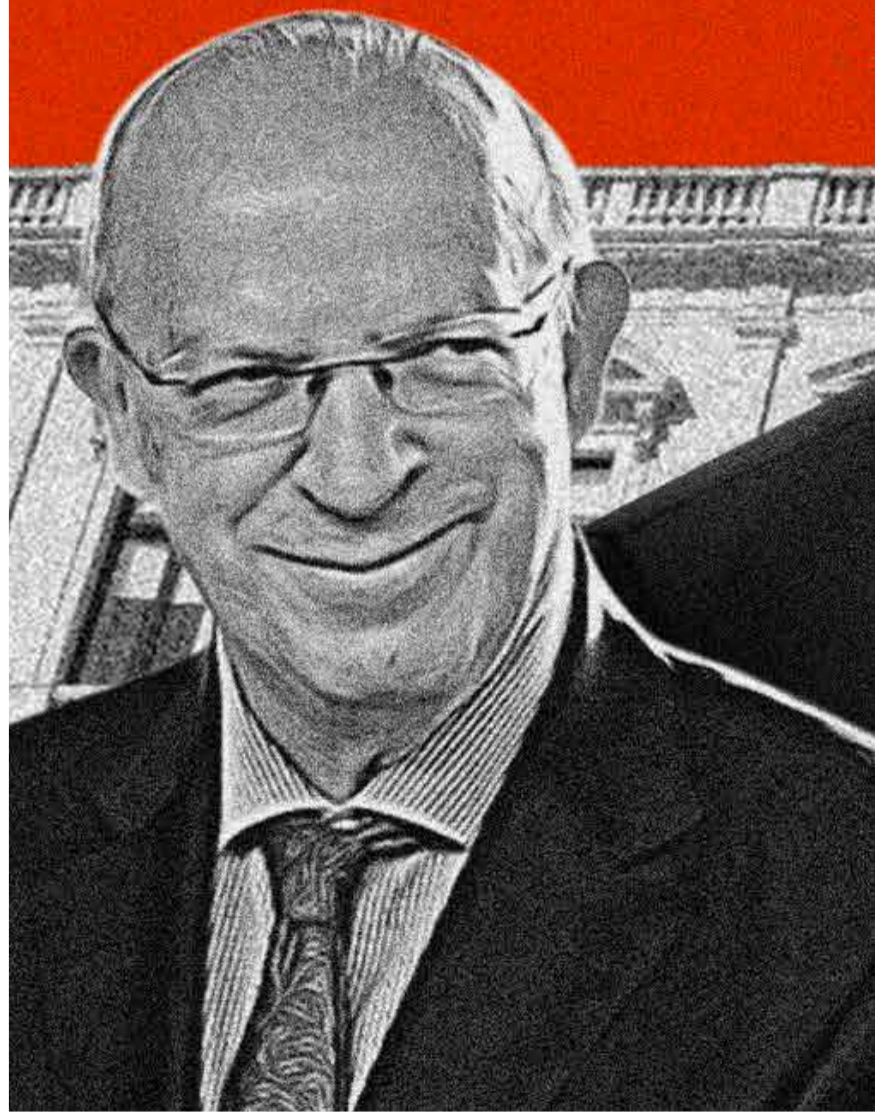
Se relativamente ao processo eleitoral e ao pluralismo, Portugal consegue obter boas pontuações, já quanto à participação política e cultura política, o nosso país continua a apresentar falhas, ficando bastante longe dos parceiros europeus.

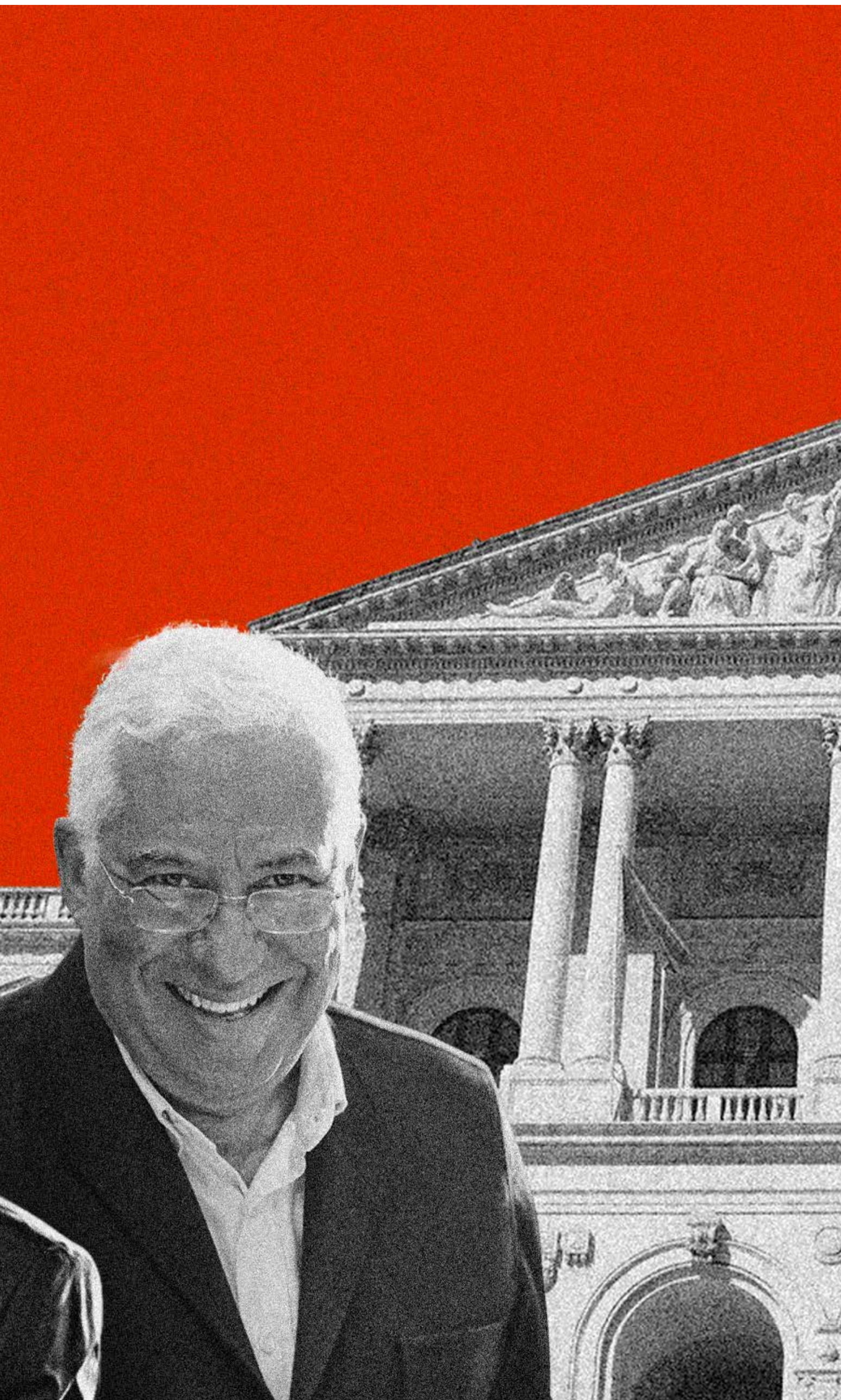
Curiosa é também uma passagem do relatório, que parece contrariar a retórica dos partidos do sistema, onde é dito que “a representação de partidos de direita como o Democratas Suecos ou o Fratelli d'Italia (Fdi) no parlamento e no governo não é necessariamente prejudicial à democracia; de facto, a exclusão de tais partidos, quando eles têm o apoio de grandes setores do eleitorado, poderia ser interpretada como antidemocrática.”

A corrupção enquanto ameaça à democracia

O CHEGA e André Ventura têm vindo a denunciar a corrupção como um dos grandes cancros da nossa democracia e que faz com que os cidadãos acreditem cada vez menos na política e nos políticos.

Numa entrevista recente ao Folha Nacional, André Ventura referia-se aos recentes casos que têm assolado o Governo, dizendo que vê “todos estes escândalos com muita preocupação. Primeiro, porque em causa está sempre o dinheiro público, que é dinheiro dos portugueses, dinheiro que lhes é tirado em forma de impostos diretos e indiretos, prejudicando o seu rendimento mensal. Aos portugueses é-lhes imposta uma das cargas fiscais mais pesadas da Europa e depois o que é que eles veem? O seu dinheiro ser usado indevidamente para benefício de algumas pessoas.” Depois, todas estas polémicas só mancham a credibilidade da classe política e afastam as pessoas da política. Por tudo isto, não é de estranhar a elevada de taxa abstenção que existe no nosso país. A permanente nuvem de suspeita sobre os governantes não ajuda certamente à democracia.” Referindo-se em concreto ao mecanismo de avaliação prévia de governantes – ao célebre conjunto de 36 questões proposto pelo Governo, André Ventura não tem dúvidas: “Este questionário é uma forma de o Governo atirar ainda mais areia para os olhos dos portugueses, porque passa a imagem de que está a fazer alguma coisa, mas na verdade não está a fazer rigorosamente nada para assegurar que os membros do governo sejam pessoas sérias, sem negócios duvidosos ou problemas com a justiça. O primeiro-ministro tinha o dever moral de escrutinar as pesso-





as que escolheu para formar governo e não o fez e não é com um questionário que o vai fazer. Isto não é fazer política de forma séria!”

A morosidade da nossa justiça, que chega a ser injusta, acaba também por beneficiar o infrator e penalizar quem cumpre. Veja-se os grandes casos que correm na justiça portuguesa e que parecem não ter fim à vista, como é a ‘operação Marquês’ ou o ‘Caso Bes/GES’, ficando a sensação no cidadão comum que quando se trata de pessoas influentes e importantes, nunca será feita justiça.

Outra forma de ameaça à democracia é a opacidade que existe relativamente à informação que o Governo dá, ou não dá, sobre as subvenções vitalícias. Ainda esta semana, o CHEGA enviou uma pergunta dirigida à ministra da Segurança Social, dando conta que “foi noticiado pelo Correio da Manhã que “A ministra da Segurança Social e a Caixa Geral de Aposentações (CGA) estão a esconder o valor real da pensão mensal vitalícia que é paga, neste momento, a 298 beneficiários.” Continua o CHEGA sublinhando que “mesmo depois da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) ter considerado que essa informação não era de carácter reservado, o Ministério não acolheu o parecer da CADA. Note-se que as remunerações dos políticos com funções actuais, são todas públicas, bem como todos os seus rendimentos, através das declarações de rendimentos entregues ao Tribunal Constitucional. Não se vendo, por isso, qualquer razão para que os valores das referidas subvenções não o sejam também.”

Nesse sentido, o partido reitera nessa mesma questão enviada que “tem combatido, desde a

“Este questionário é uma forma de o Governo atirar ainda mais areia para os olhos dos portugueses. Isto não é fazer política de forma séria!”

André Ventura em entrevista ao Folha Nacional (edição nº 02, de janeiro de 2023)

sua fundação, o perverso sistema de atribuição de subvenções vitalícias a alguns dos cargos políticos administrativos e judiciais, por entender que colidem frontalmente com o princípio da igualdade, consagrado no art. 13º da Constituição da República Portuguesa, e também com o princípio ético-social da equidade, ao definir um privilégio injustificado para um conjunto limitado de titulares. A situação torna-se particularmente preocupante quando se verifica que existe uma enorme opacidade relativamente ao pagamento das referidas subvenções, o que pode querer revelar que a situação é pior do que aparenta ser.”

Pelo que entende que “é fundamental conhecer quem beneficia das referidas subvenções vitalícias, em que condições estas lhes foram atribuídas, quais os valores que o Estado gasta anualmente a este título e, porque razão o Ministério tem ocultado estas informações.”

“CLARO QUE FOI UM ERRO” NOMEAR ALBERTO COELHO, ADMITE GOMES CRAVINHO

© PARTIDO CHEGA

O ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou que sobrestimou o currículo do ex-diretor-geral de Recursos da Defesa, atual arguido numa investigação judicial, e que foi “um erro” nomear Alberto Coelho para uma empresa pública.

“Eu sobrestimei os 19 anos de diretor-geral, sobrestimei aquilo que tinha sido todo o currículo do doutor Alberto Coelho, (...) sobrestimei essa análise, essa parte da análise, e sobrestimei a outra parte que vem presente no relatório da auditoria [da Inspeção-Geral da Defesa Nacional]. Portanto, há aí um erro, que eu reconheço a posteriori”, afirmou João Gomes Cravinho que tutelou a Defesa entre 2018 e 2022.

Gomes Cravinho, que foi ouvido esta semana na comissão parlamentar de Defesa, frisou que, na altura em que decidiu nomear Alberto Coelho para a empresa pública ETI – Empordef Tecnologias de Informação, o ex-diretor tinha “40 e tal anos de serviço, 19 anos como diretor-geral e um serviço prestado ao ministério”, a que acresce o facto de a Inspeção-Geral de Defesa Nacional (IGDN), numa auditoria à derrapagem das obras no antigo Hospital Militar de Belém, ter considerado que não estava “em causa a boa-fé” de Alberto Coelho nessas obras.

“A minha presunção naquele momento, e penso que do lado da IGDN terão pensado a mesma coisa (...) é que, na ânsia de mostrar resultados, de mostrar a obra, o diretor-geral tinha atropelado todos os procedimentos devidos e tinha produzido a obra, mas com muitas inconformidades legais, como diz o relatório da IGDN. Naquele momento não tinha razões para duvidar da boa-fé, e o relatório da IGDN também coloca nesses termos as suas conclusões”, salientou.

O atual ministro dos Negócios Estrangeiros disse que “lamenta muito” ter feito essa nomeação e reiterou que, se tivesse na altura a informação que tem hoje, “nunca a teria feito”.

“A avaliação que fiz na altura foi que o capital de conhecimento, o percurso do doutor Alberto Coelho, teriam utilidade. Não tinha elementos que permitissem pensar em má-fé e, portanto, a nomeação para a ETI seguiu o seu percurso. Agora,



se foi um erro? Claro que foi um erro”, reconheceu.

Questionado pelo deputado do CHEGA, André Ventura, sobre se a ideia de nomear Alberto Coelho para a Empordef partiu de Marco Capitão Ferreira, na altura presidente da idD – Portugal Defence,

Gomes Cravinho respondeu que ambos tinham “um diálogo regular, corrente” e que o nome de Alberto Coelho surgiu nessa discussão.

“Agora, quem se lembrou em primeiro momento, em que momento da conversa, em qual conversa das muitas que a gente

vai tendo? Não lhe sei dizer, até porque não tem importância nenhuma. Eu assumo a minha responsabilidade, e o senhor Marco Capitão Ferreira também seguramente que a assume”, frisou.

Gomes Cravinho reconheceu que não discutiu a nomeação de Alber-

to Coelho para a Empordef com o então secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional Jorge Seguro Sanches, salientando que ambos falavam “com grande regularidade” sobre várias matérias, mas essa, “por acaso”, não foi discutida.

por Agência Lusa

TRIBUNAL OUVE PINTO MOREIRA POR SUSPEITA DE CORRUPÇÃO

A Assembleia da República votou favoravelmente, na quarta-feira, o levantamento da imunidade parlamentar do deputado do PSD, Joaquim Pinto Moreira, pedido pelo Tribunal Judicial da Comarca do Porto. Na origem deste pedido está uma investigação na qual o social-democrata é suspeito da “alegada prática” de quatro crimes, entre os quais corrupção passiva e prevaricação.

A Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados optou por acatar o pedido do tribunal, ao contrário do que havia feito na semana passada relativamente ao pedido de levantamento da imunidade parlamentar da deputada do Bloco de Esquerda, Catarina Martins. Desta forma, Pinto Moreira será constituído arguido e “interrogado como tal”.

Em causa, segundo o relatório do parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, está a alegada prática de crimes de corrupção passiva de titular de

cargo político, prevaricação e tráfico de influência e o crime de abuso de poderes.

O documento do parlamento refere que “a três dos quatro crimes alegadamente praticados corresponde uma moldura penal com limite máximo superior a três anos”, pelo que, segundo a Constituição e os Estatuto dos Deputados, o levantamento da imunidade parlamentar é obrigatório.

Este processo prende-se com a operação Vórtex, no âmbito da qual a residência de Joaquim Pinto Moreira, ex-presidente da Câmara Municipal de Espinho entre 2009 e 2021, foi alvo de buscas e o seu computador e telemóvel foram apreendidos.

Esta operação resultou na detenção do então presidente da Câmara de Espinho, Miguel Reis (PS), – que entretanto renunciou ao mandato –, de um funcionário desta e três empresários por suspeitas de corrupção ativa e passiva, prevaricação, abuso de poderes e tráfico de influências.

com Agência Lusa



© PARTIDO CHEGA

GOVERNO ESCONDE GASTOS PÚBLICOS EM OBSERVATÓRIOS

© PARTIDO CHEGA



A Comissão Europeia desembolsou, na quarta-feira, a Portugal a segunda tranche de 1,8 mil milhões de euros do Plano de Resiliência e Recuperação (PRR), divulgou Bruxelas em comunicado.

Segundo o executivo comunitário, “o pagamento de 1,8 mil milhões de euros foi possível graças ao cumprimento por Portugal dos vinte marcos e objetivos relacionados com a segunda tranche”.

O desembolso inclui 1,7 mil milhões de euros em subvenções e 109 milhões de euros em empréstimos, líquidos de pré-financiamento.

No mesmo dia, o Presidente da República defendeu que a execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) tem de acelerar e anunciou que irá receber o primeiro-ministro, António Costa, para um ponto da situação, na próxima semana.

“Há dois anos [António Costa] veio apresentar o PRR com os vários membros do Governo que na altura eram responsáveis pelos fundos, e agora virá cá para mostrar o ponto da situação”, declarou Marcelo

Rebello de Sousa aos jornalistas, no antigo picadeiro real, junto ao Palácio de Belém, em Lisboa.

“E depois eu tenciono ir visitar algumas das obras, concluídas ou em conclusão, com o senhor primeiro-ministro, para mostrar uma aposta muito grande na execução do PRR”, acrescentou o chefe de Estado.

Questionado sobre a notícia de que a Comissão Europeia desembolsou a segunda tranche de 1,8 mil milhões de euros do PRR de Portugal, o Presidente da República respondeu que “o que se espera é que continue e se acelere a utilização dos fundos europeus”, pois, frisou, “aquilo que está a ser feito de execução ainda é pouco”.

O Presidente da República referiu que “o senhor primeiro-ministro já disse que tomou uma decisão muito importante, que é esta: não esperar pela decisão da Comissão Europeia do ano que vem sobre a prorrogação de prazos e desde já avançar com o que se puder avançar”.

ARRENDATÁRIOS NA MESMA CASA HÁ MENOS DE 10 ANOS

Cerca de 60,6% dos arrendatários estão na mesma habitação há mais de um ano e menos de 10, enquanto 4,6% se encontram no primeiro ano de contrato e 12,7% há mais de 40 anos, segundo o INE.

“Em relação aos alojamentos arrendados por escalões de anos de residência do agregado no alojamento, em 2021, 60,6% eram referentes a alojamentos cujos agregados familiares residiam entre 01 a 09 anos no alojamento. Todavia, 12,7% eram relativos a alojamentos com agregados familiares que residiam no alojamento há 40 ou mais anos”, refere o estudo ‘O que nos dizem os Censos sobre a habitação’, apresentado quarta-feira em Lisboa.

O INE registou 922.810 contratos de arrendamento durante os Censos 2021, dos quais 61,4% apresentavam valores de renda entre 200 e 500 euros, e que apresentavam uma média de 334 euros de renda mensal.

“Os alojamentos com valores de renda mensal inferiores a 20 euros correspondiam a 4,0% do total. Os alojamentos com valores de renda mensal superiores a 650 euros correspondiam, no seu conjunto, a 8,5% do total de alojamentos arrendados. Os alojamentos com rendas mensais superiores a 1.000 euros representavam 2,2%”, acrescenta o instituto estatístico.

Área Metropolitana de Lisboa (4,6%), Algarve (1,6%), Alentejo Litoral (1,3%) e Área Metropolitana do Porto (1,2%) eram as NUTS III com maior proporção de alojamentos com rendas superiores a mil euros. Região Autónoma da Madeira (31,9%), Alto Alentejo (24,3%), Região Autónoma dos Açores (23,2%) e Área Metropolitana do Porto (22,0%) registavam a maior proporção de alojamentos com rendas até 99 euros.

Em 2021, 63.217 contratos (6,9%)

contavam com algum tipo de apoio ao arrendamento, sendo a maioria associados por renda social ou apoiada (40.017 alojamentos, 4,3%). Num debate após a apresentação do estudo, a diretora do Observatório da Habitação, do Arrendamento e da Reabilitação Urbana, Maria da Graça Igreja, registou que há 151.620 com rendas anteriores a 1990.

Entre os 4.142.581 alojamentos familiares clássicos 2.900.093 estão ocupados pelos proprietários, dos quais 38,4% (1.112.875) tinham encargos mensais com a aquisição. “Em 39,4% dos alojamentos, os proprietários residiam no alojamento há um período entre 10 a 19 anos. Em contrapartida, em 29,0% dos alojamentos ocupados por proprietários sem encargos associados à aquisição de habitação, o número de anos de residência era superior a 40 anos”, sublinhou o INE.

As áreas metropolitanas de Lisboa e Porto apresentavam as maiores proporções de proprietários com encargos financeiros associados à aquisição de habitação (47,8% e 44,1%), enquanto o Alto Tâmega (16,9%) era a NUT III com menor proporção.

Em mais de metade dos alojamentos (52,8%), as mensalidades situavam-se entre os 200 e os 400 euros, com os valores de encargos inferiores a 100 euros a corresponderem a 3,2% do total e os alojamentos com encargos superiores a 650 euros a 8,6% do total.

Tal como na dominância quanto às proporções, também os valores com encargos eram liderados pelas Área Metropolitana de Lisboa (397,0 euros), sendo seguida pela Região Autónoma da Madeira (394,3 euros) e Algarve (374,3 euros). O valor médio do país situou-se nos 360,5 euros.

por Agência Lusa



© DR

SALÁRIO MÉDIO POR TRABALHADOR DIMINUIU 4% EM TERMOS REAIS NO ÚLTIMO ANO

A remuneração bruta total mensal média por trabalhador português aumentou 3,6% em termos nominais, mas recuou 4,0% em termos reais, em 2022 face a 2021, somando 1.411 euros, divulgou o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Em 2021, a remuneração total tinha aumentado tanto em termos nominais, como em termos reais - 3,5% e 2,2%, respetivamente, mas o ano passado sofreu uma tendência inversa.

No ano passado, a remuneração bruta regular mensal – aquela que exclui subsídios de férias e de Natal, sendo, portanto, menos sazonal – foi de 1.140 euros, registando um aumento nominal de 3,1% e uma diminuição real de 4,4% (quando em 2021 tinha aumentado 3,1% e 1,8%, não ajustando e ajustando pela inflação, respetivamente).

Ainda em 2022, a remuneração bruta base mensal situou-se em 1.070 euros e registou um acréscimo nomi-

nal de 3,0% e um decréscimo real de 4,5% (em 2021 havia aumentado 3,0% e 1,7%, em termos nominais e reais, respetivamente).

De notar que, no ano passado, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) teve uma variação positiva de 7,8% e tinha sido de 1,3% em 2021.

De referir que a estes dados preocupantes soma-se o valor da inflação que, no ano passado, se fixou em 7,8%.

por Agência Lusa

RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS CAI EM PORTUGAL E SOBE NA POLÓNIA

Portugal foi o segundo país da OCDE no qual o rendimento real dos agregados familiares mais diminuiu entre o início da crise da pandemia e o terceiro trimestre de 2022, indicam os últimos números comparáveis disponíveis da OCDE divulgados na quarta-feira.

De acordo com os dados publicados pela OCDE, o rendimento real 'per capita' (um indicador em que são deduzidos impostos e contribuições e acrescentados benefícios sociais) em Portugal caiu 4,14% entre o quarto trimestre de 2019 e o terceiro trimestre de 2022, decréscimo só ultrapassado pelo de Espanha, que foi de 7,85%.

Os decréscimos de Portugal e Espanha contrastam com o aumento global de 1,9% na OCDE nesse período para os 21 países para os quais existem estatísticas disponíveis. Declínios de menor magnitude foram também registados no Reino Unido (-3,94%), Finlândia (-1,80%), República Checa (-1,68%) e Dinamarca (-1,30%).



© DR

No outro extremo, os rendimentos reais aumentaram mais na Polónia (7,16%), Eslovénia (6,53%), Austrália (4,55%), Hungria (4,26%) e Canadá (4,09%).

No caso particular de Espanha e Portugal, os dois países mais atrasados em termos de evolução do rendimento disponível, a OCDE disse que o resultado pode ser explicado "pela lenta recuperação do excedente bruto de exploração e do rendimento misto das famílias desde os primeiros dias da pandemia", um tipo de rendimento associado ao "autoemprego e, na maioria dos países, contribui com cerca de um quinto do rendimento disponível do agregado familiar".

Assim, recordou que Portugal e Espanha registaram grandes quedas nesta referência no primeiro semestre de 2020 e recuperaram lentamente a partir daí, enquanto em contraste, a maioria dos países da OCDE registou um crescimento sólido após a recessão inicial relacionada com a pandemia.

por Agência Lusa

AUMENTO DAS PORTAGENS: AR CHUMBA PROJETOS DO CHEGA

© ANTRAM



O CHEGA viu, esta sexta-feira, dois Projetos de Resolução da sua autoria serem reprovados pelos deputados da Assembleia da República.

Um dos projetos (Projeto de Resolução n.º 356/XV/1ª) defendia que fossem revogados os aumentos dos preços das portagens que entraram em vigor em janeiro deste ano. Esta medida revestia-se da maior justiça, tendo em conta o momento de crise e de dificuldades financeiras e económicas que os portugueses enfrentam devido ao brutal aumento dos preços da energia e da alimentação, causados pela subida exponencial da inflação ao longo do último ano e que, em 2023, ainda não regressou a níveis considerados normais e, acima de tudo, suportáveis.

O outro projeto (Projeto de Resolução n.º 355/XV/1ª), que também não foi aprovado, recomendava ao Governo que

revisse o contrato de concessão das pontes 25 de Abril e Vasco da Gama para, assim, se poder reduzir o preço das portagens.

Os dois projetos, que foram a votos no plenário de sexta-feira, foram chumbados com os votos contra do PS, do PSD e da IL e a abstenção do Livre.

Recorde-se que as portagens, a nível nacional, sofreram um aumento na ordem dos 4,9% em todo o país, salvo raras exceções em que as concessionárias optaram por não subir o valor pago pelos utentes das vias.

Atualmente, para se entrar em Lisboa a partir da Ponte Vasco da Gama é preciso pagar entre 3,05 euros (classe 1) e 13,05 euros (classe 4). Quem optar por fazer a travessia entre as duas margens de Lisboa pela Ponte sobre o Tejo, mais conhecida por Ponte 25 de Abril, tem de pagar 2 euros (classe 1) ou 7,75 euros (classe 4).

© PARTIDO CHEGA

A Assembleia da República tinha por norma acatar os pedidos que chegavam do tribunal e levantar a imunidade parlamentar aos deputados para que enfrentassem a justiça. Porém, isso mudou: sempre que os pedidos de levantamento de imunidade dizem respeito a deputados do Bloco de Esquerda, a Assembleia recusa acatar as ordens judiciais. O CHEGA foi o único partido que denunciou a situação, mostrando, dentro do Plenário, cartazes a denunciar a impunidade de que gozam, neste caso, a coordenadora do Bloco de Esquerda.

CHEGA DENUNCIA 'IMPUNIDADE' DO BLOCO DE ESQUERDA



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

GRUPO PARLAMENTAR
CHEGA

II CONFERÊNCIA PARLAMENTAR CHEGA

A crise do Ensino em Portugal: que reforma?

CENTRO DE ACOLHIMENTO AO CIDADÃO PALÁCIO DE SÃO BENTO

PUBLICIDADE

“Compadrio”



MIGRANTES EM PORTUGAL VIVEM NUMA "SELVA URBANA"

As condições em que os migrantes estão a viver nas cidades portuguesas são de uma autêntica "selva urbana", onde se alugam colchões em espaços sobrelotados, denunciou a Amnistia Internacional (AI).

"Vivemos numa selva urbana, onde não há controle, não há fiscalização por parte de ninguém", disse à agência Lusa o porta-voz da Amnistia Internacional em Portugal, Pedro Neto, criticando o esvaziamento de meios de várias organizações.

"O fluxo de entrada no país aumentou, mas os meios e as pessoas para gerir essas entradas não aumentou, bem pelo contrário. Há algum tempo vimos a extinção do SEF e ela está a implementar-se sem percebermos ainda como é que aquilo que o SEF faz, não só nas portas de entrada no país, mas também pelo território, quem é que vai fazer isso e quem é que vai fiscalizar para proteger as pessoas", exemplificou o diretor executivo da AI Portugal. "Tivemos muitas organizações que ficaram sem meios", acrescentou.

Pedro Neto considerou que faltam políticas públicas para dar enquadramento ao crescimento das necessidades de mão-de-obra na agricultura intensiva, mas também na construção civil e turismo.

Os baixos salários e a atuação de redes de tráfico humano colocam os migrantes numa situação de vulnerabilidade difícil de contornar pelos próprios, notou.

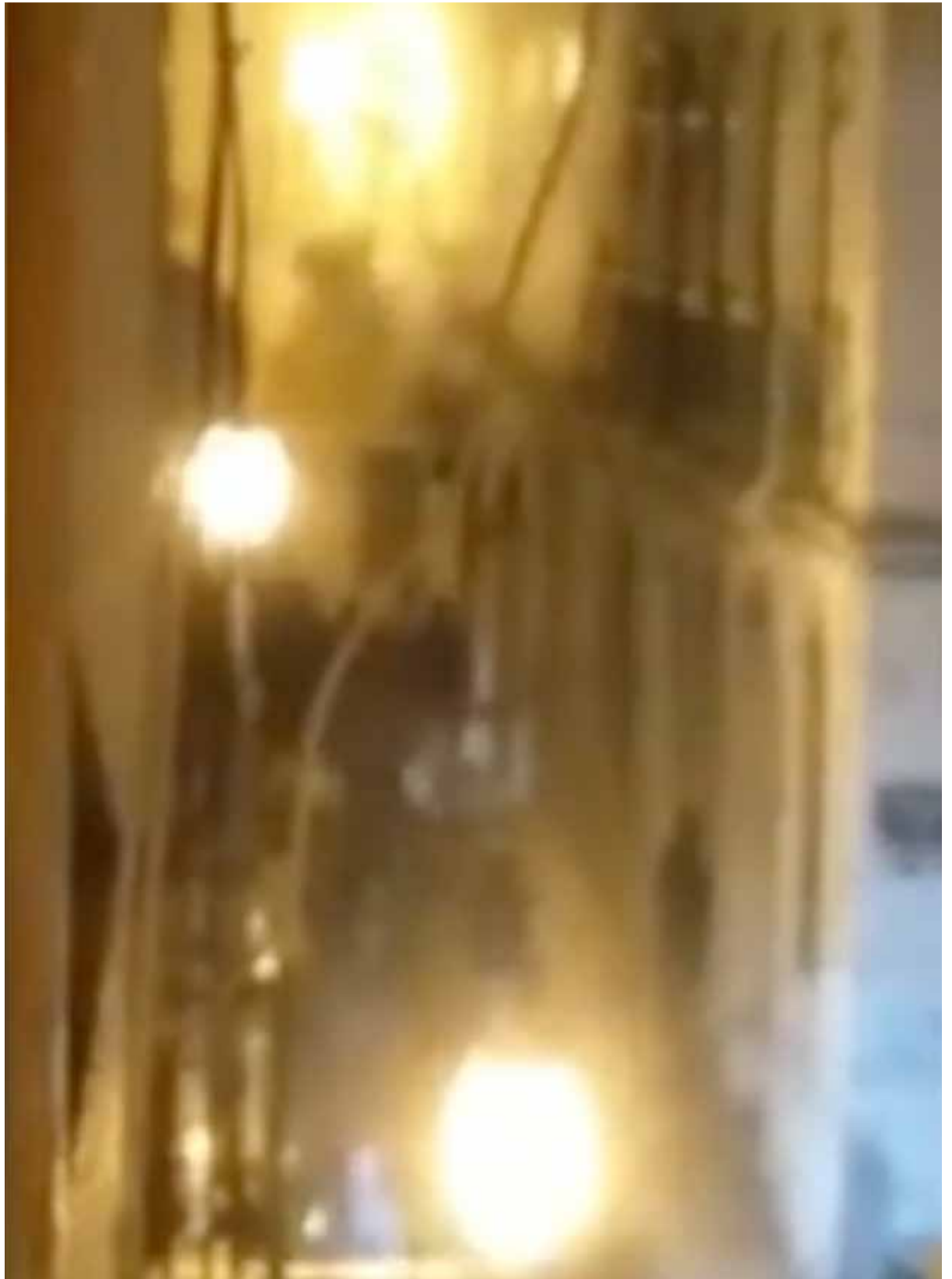
Pedro Neto falava à Lusa na sequência do incêndio de sábado no térreo de um prédio na Mouraria, em Lisboa, em que morreram duas pessoas e 14 tiveram de ser assistidas nos hospitais, todas de nacionalidade estrangeira, uma situação passível de replicar-se na cidade e noutras zonas do país onde os migrantes vivem em alojamentos precários, admitiu.

"Isso acontece em muitas cidades; Lisboa, Porto, mas é preciso olhar também com muita atenção para Beja, onde há muitos migrantes a viverem em casas sobrelotadas. É preciso olhar para Faro, onde há muitos imigrantes a viverem em casas sobrelotadas. Lisboa é uma realidade maior que se estende a outros concelhos", sustentou.

Um estudo do Observatório das Migrações divulgado em dezembro deu conta de que um quinto dos estrangeiros a residir em Portugal vivia em alojamentos sobrelotados. Segundo o relatório (Anuário Estatístico Anual), a taxa de estrangeiros a residir em Portugal em alojamentos sobrelotados situou-se em 20,3% em 2021, mais um ponto percentual do que no ano anterior.

De acordo com o porta-voz da organização de defesa dos direitos humanos, faltam meios à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) para "fiscalizar no terreno", mas também um Código do Trabalho, que é "forte para trabalhadores estáveis e do quadro" e continua "frágil para trabalhadores precários". Da mesma forma, o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), enquanto responsável pelas migrações, deve "estar atento e ter meios para estar no terreno", urgiu. "E depois, também, uma lei da habitação que salvaguarde muitas questões. Por exemplo, as questões das habitações partilhadas. Quem faz a política de habitação em Portugal vai sendo a especulação imobiliária e os bancos. O Estado tem-se demitido, não digo de colocar tetos de limite às rendas, porque isso não faz sentido numa economia de mercado, mas de regular com outro tipo de ofertas e de garantias", defendeu.

por Agência Lusa



© DR (VIDEO AMADOR)

SÓ 1 EM CADA 4 ALOJAMENTOS É ADEQUADO AO NÚMERO DE RESIDENTES

Apenas um em cada quatro alojamentos contém o número de divisões adequado ao número de habitantes, com 12,7% em situação de sobrelotação e 63,6% com mais divisões do que o necessário, segundo o INE. "Em 2021, 63,6% dos alojamentos de residência habitual encontravam-se sublotados e 12,7% sobrelotados (com carência de pelo menos uma divisão), pelo que, apenas 23,7% dos alojamentos se poderiam considerar adequados ao número de pessoas que neles residiam", aponta o estudo 'O que nos dizem os Censos sobre a habitação' apresentado na sede do INE, em Lisboa. O estudo, baseado nos Censos 2021,

refere que entre os 4.142.581 alojamentos familiares clássicos de residência habitual, "cerca de 28,9% tinham uma divisão em excesso e 15,3% apresentavam três ou mais divisões excedentárias".

Já 9,7% dos alojamentos necessitam de mais uma divisão atendendo ao agregado, 2,3% de mais duas e 0,7% de mais três. As regiões autónomas de Madeira e Açores e o Algarve eram as regiões com maior proporção de alojamentos com falta de pelo menos uma divisão.

A Região Autónoma da Madeira apresentava, também, a menor proporção de alojamentos sublotados (49,2%), sendo seguida pela Área Metropolitana de

Lisboa (56,8%) e pelo Algarve (57,1%). Através do Índice de Lotação dos alojamentos sublotados em 2021, o INE contabilizou 27 municípios com proporções de alojamentos sublotados entre 81% e 86%, destacando Pampilhosa da Serra (85,9%), Mortágua (84,5%) e Miranda do Douro (84,1%).

Em sentido inverso, havia 35 municípios com proporções de alojamentos sobrelotados entre 16,0% e 30,0%. Câmara de Lobos (30,1%), Ribeira Grande (25,8%) e Albufeira (25,3%) apresentavam os maiores valores a nível nacional, tendo o INE destacado, também, Odemira (20,5%) e Amadora (19,7%).

por Agência Lusa

NETFLIX ACABOU COM PARTILHA DE CONTAS EM PORTUGAL

A Netflix terminou com a partilha de contas fora da residência em vários países, incluindo Portugal, medida que entrou hoje em vigor, anunciou esta plataforma de streaming.

A partir de agora, os membros com o plano 'standard' ou 'premium' podem "adicionar contas secundárias de membro adicional, para até duas pessoas fora da sua residência", com um custo adicional mensal de 3,99 euros, divulgou a Netflix em comunicado.

"Uma conta Netflix destina-se a ser usada numa residência e os membros têm à sua escolha vários planos, com diferentes características", sublinhou.

A plataforma de streaming realçou que sempre procurou "facilitar a partilha da conta Netflix entre pessoas que vivem na mesma casa", com funcionalidades como "perfis diferentes e a possibilidade de ver a Netflix em vários ecrãs em simultâneo".

"Apesar do sucesso das mesmas, estas funcionalidades geraram alguma confusão sobre quando e

como a Netflix pode ser partilhada. Hoje, mais de 100 milhões de residências partilham contas, o que impacta a nossa capacidade de investir em séries e filmes", sublinhou a empresa na nota de imprensa.

A medida que termina com a partilha de contas entrou hoje em vigor no Canadá, Nova Zelândia e Espanha, além de Portugal, com o foco de permitir aos clientes "controlo sobre quem tem acesso à sua conta", explicou a plataforma que está em Portugal desde 2015.

Para as pessoas que usam uma conta podem agora "facilmente" transferir um perfil para uma nova conta, mantendo "as respetivas recomendações personalizadas" ou "o histórico de visualização", entre outras opções.

A Netflix explicou ainda que "os membros podem continuar a ver a Netflix nos seus dispositivos pessoais ou iniciar sessão num novo televisor, por exemplo, num quarto de hotel ou numa casa de férias".

por Agência Lusa



MILHARES PROTESTARAM EM LISBOA POR MAIS SALÁRIOS

© PARTIDO CHEGA



Milhares de trabalhadores desfilaram, na quinta-feira, em Lisboa do Largo Camões até à Assembleia da República num protesto organizado pela CGTP contra o aumento do custo de vida e por aumentos salariais e das pensões.

A manifestação arrancou perto das 15h10 e chegou cerca de uma hora depois a São Bento e pelo caminho ouviram-se palavras de ordem como "o custo de vida aumenta e o povo não aguenta", "não podemos aceitar empobrecer a trabalhar" ou "para o país avançar, salários aumentar".

À frente da manifestação, a secretária-geral da CGTP, Isabel Camarinha, ladeada por vários dirigentes sindicais, entre os quais Mário Nogueira, da Fenprof, seguravam uma faixa vermelha onde se lia "pelo aumento geral dos salários" e "contra o aumento do custo de vida e pelo controlo dos preços".

Os manifestantes seguravam cartazes a criticar o "orçamento do empobrecimento" e alertavam para "emergência nacional" de aumentar os salários e as pensões numa altura em que o poder de compra está a diminuir.

A CGTP realizou um Dia Nacional de Protesto, com greves e manifestações em vários pontos do país, pelo aumento dos salários e das pensões, contra a subida do custo de vida e para reivindicar emprego com direitos.

por Agência Lusa

SISMO NA TURQUIA JÁ FEZ MAIS DE 21 MIL MORTOS. NÚMEROS SOBEM

Pelo menos 21.051 pessoas morreram na sequência dos sismos ocorridos no sul da Turquia na segunda-feira, indicam hoje os últimos balanços oficiais.

De acordo com os mesmos dados, a maior parte das vítimas mortais ocorreu no território turco (17.674), enquanto na Síria há, para já, a lamentar 3.377 óbitos na sequência do abalo sísmico.

Um adolescente de 17 anos foi retirado ileso, na madrugada de sexta-feira, após 94 horas preso nos escombros de um prédio desabado na cidade turca de Gaziantep.

Embora os especialistas defendam que é possível sobreviver durante uma semana ou mais sob os escombros dos milhares de edifícios destruídos, as esperanças de encontrar pessoas ainda com vida estão a diminuir, especialmente tendo em conta as temperaturas negativas que se fazem sentir no território turco.

As autoridades turcas referiram que mais de 120 mil equipas de



socorro estão a participar nos esforços, com mais de 5.500 veículos, e a ajuda de 95 países, incluindo Portugal e Brasil.

O Governo de Recep Tayyip Erdogan, que visitou as cidades afetadas nos últimos dois dias, tem sido alvo de críticas sobre uma alegada resposta lenta à tragédia, num momento em que o Presidente turco preparava a corrida à reeleição em 14 de maio.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que 23 milhões de pessoas estão "potencialmente expostas, incluindo cerca de cinco milhões de pessoas vulneráveis" e teme uma grande crise sanitária, capaz de causar ainda mais danos do que o próprio terramoto.

As organizações humanitárias estão particularmente preocupadas com a propagação da epidemia de cólera, que reapareceu na Síria, e que poderá vir a propagar-se de forma preocupante nas próximas semanas.

por Agência Lusa

© DR

A "CULTURA DA INTIMIDAÇÃO" GERA MEDO EM ANGOLA

© DR



Os bispos católicos angolanos garantem que cresce no país a "cultura da intimidação, geradora do medo e da insubordinação", e consideraram que as últimas eleições ajudaram a perceber a "necessidade urgente" de se investir em instituições republicanas.

Segundo os bispos da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), as quintas eleições gerais angolanas, realizadas em agosto de 2022, foram um acontecimento importante, que "apesar das várias perplexidades" permitiram manter a continuidade governativa.

"Mas, ao mesmo tempo, ajudaram a perceber a necessidade urgente de se investir nas instituições republicanas que estejam acima dos interesses partidários e na reforma profunda do Estado", referem em comunicado.

Para os bispos católicos, a consciência cívica e política dos cidadãos "felizmente cresce dia após dia clamando não por uma Angola de militantes, de patriotas comprometidos e conse-

quentes, não por uma Angola de intriguistas, intolerantes e elitistas, mas por uma Angola de todos e para todos".

Os bispos pedem ainda uma Angola "inclusiva, acolhedora e cultora do mérito, da competência, do diálogo consensual e da alegria para todos os seus filhos e filhas e incentivadora da convivência plural, cordata e fraterna".

"Não obstante as dificuldades próprias, inerentes ao mundo político governativo, continuamos a alimentar a esperança de dias melhores para o nosso país", afirmam, frisando que, "apesar da vontade expressa, o quadro social do país continua a inspirar muitos cuidados, o nível de pobreza das nossas famílias continua preocupante", pois os angolanos que vivem em zonas mais recônditas do país sentem a pobreza "numa proporção asfixiante".

"Daí a vulnerabilidade a que estão expostos diante de muitos charlatões e burladores", realçam.

por Agência Lusa

"A UE É O CAMINHO PARA CASA", DISSE ZELENSKY EM BRUXELAS

O Presidente da Ucrânia insistiu, na quinta-feira, que a adesão à União Europeia "é o caminho para casa" e a vitória na guerra "é obrigatória", sob pena de a maior "força antieuropeia" acabar com "o modo de vida europeu". Depois de ser aplaudido por todo o plenário do Parlamento Europeu, Volodymyr Zelensky disse que a Ucrânia partilha "o modo de vida europeu" com os restantes 27 Estados-membros.

"Esta é a nossa Europa, estas são as nossas regras, este é o nosso modo de vida [...], e é o caminho para casa. Estou aqui hoje para defender o caminho para casa da nossa população, de todos os ucranianos, de todas as idades, de todas as orientações políticas, de todos os estratos sociais, de todas as convicções religiosas, todos partilhamos esta história europeia comum", sustentou. Zelensky exortou ainda a União Europeia a incluir a "indústria de drones e mísseis" nas sanções contra a Rússia.

"É do interesse de todos, não só dos ucranianos, que a Rússia não consiga produzir mais mísseis para atacar as nossas cidades", sustentou o presidente ucraniano durante uma conferência de imprensa conjunta com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, em Bruxelas (Bélgica). Por isso, Zelensky exortou os 27 a incluírem no próximo pacote "sanções contra a indústria de drones e de mísseis", assim como o "apoio tecnológico que está a suportar o terror russo".

Nesta senda, os mais altos responsáveis europeus garantiram que a União Europeia manterá a pressão sobre o Kremlin a nível de sanções, assegurando que o próximo pacote abrangerá "os propagandistas de Putin" com Ursula von der Leyen a anunciar que a Comissão Europeia vai "propor nos próximos dias o décimo pacote de sanções" à Rússia.

por Agência Lusa



© FACEBOOK / COMISSÃO EUROPEIA

O BALÃO QUE ACORDOU OS DOIS INIMIGOS ADORMECIDOS

© DR



A China acusou os Estados Unidos de "terem exagerado e violado as práticas internacionais" com a decisão de abater um balão chinês, a sobrevoar território norte-americano há vários dias.

"A China expressa forte insatisfação e protesta contra o uso da força pelos Estados Unidos", disse o Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês, em comunicado, acrescentando que "se reserva o direito" de retaliar. O Governo chinês acrescentou ter "pedido claramente aos EUA que tratassem a situação de forma adequada, calma, profissional e comedida", garantindo que "Pequim irá salvaguardar resolutamente os direitos e interesses legítimos das empresas envolvidas" no incidente.

O balão chinês sobrevoou a América do Norte durante vários dias, antes de ser abatido por um míssil lançado de um caça F-22, disse o Pentágono. O Presidente dos Estados Unidos tinha dado ordens para abater o balão "o mais depressa possível", mas o Pentágono quis esperar pelo "lugar mais seguro para o fazer" para evitar danos em terra. O secretário da Defesa norte-americano chamou à operação uma "ação deliberada e legal" em resposta a uma "violação inaceitável da soberania" do país por parte da China.

O caso aumentou a tensão entre Washington e Pequim e depois de alguma hesitação, Pequim admitiu que o aparelho era chinês, mas garantiu tratar-se de um balão para recolher dados meteorológicos.

por Agência Lusa

Editorial

POR **NUNO VALENTE**
DIRETOR DO FOLHA NACIONAL



ESTE PAÍS NÃO É PARA NOVOS!

Caros leitores, esta semana gostava de vos deixar dois apontamentos, um de ordem factual e um de ordem cultural. Esta semana, mais uma vez ficou marcada pelas greves distritais de pessoal docente e não docente, que nos fez lembrar os outrora gloriosos dias do sindicalismo da CGTP e da agitação social do PCP.

Mais uma semana de agitação social em todo o país, não apenas através de manifestações de professores, como dos trabalhadores do Arsenal do Alfeite, entre muitos outros, sempre bem conduzidos por deputados da Nação, como Paula Santos e Bruno Dias do PCP, ou Catarina Martins e Joana Mortágua do BE, e os responsáveis do costume, a intersindical e seus apêndices e a nova geração, o S.T.O.P. Pois é! Quem os vê hoje a utilizarem o descontentamento generalizado e as convulsões sociais, como nos velhos tempos da 'troika', usando o 'populismo' para atingirem o governo de António Costa, parecendo uns inocentes nesta Dialética que faz lembrar as lutas de classes de Marx e Engels. Só que não, como diria André Ventura. Foram estes partidos que, desde 2015, caminharam ao lado do PS com a sua 'geringonça', revertendo pseudo-reformas que desviaram a economia nacional de um crescimento baseado na produção nacional e nas exportações, para mais um ciclo de dívida, baseado no consumo.

Após aprovarem vários orçamentos de estado do PS, que, como por magia, atingiam 'superavit' de ilusão, através de cativações que fizeram recuar a qualidade e as condições dos serviços públicos, para tempos pós-revolução de Abril, quando imperava a lei da 'bandalheira'.

Como outrora Margaret Thatcher disse, e disse bem, o 'socialismo só existe, enquanto existir dinheiro'.

Esta semana, vimos também o ministro João Costa, que tentou passar mais um experimentalismo de esquerda, ao querer acabar com os exames nacionais, decependo a única ferramenta que o ministério terá hoje, para poder avaliar de forma coerente as aprendizagens dos alunos.

O Sr. Ministro da educação é mais um governante que não tem qualquer condição de continuar em funções,

não apenas devido ao seu 'autismo' político de afastamento da realidade, como devido à sua arrogância ideológica, com a qual faz 'finca pé' e tenta impor a professores e a alunos, um modelo de escola pública que só existe na sua cabeça.

Um ministro que eleva o experimentalismo social a padrões nunca vistos em Portugal, nomeadamente com a insistência na ideologia de género, cujo máximo expoente é a polémica das casas de banho 'híbridas'.

O combate que hoje, os homens e mulheres de direita travam, não é apenas contra este 'polvo' socialista que nos estrangula em impostos, que mata quem produz, quem trabalha. É também um combate ideológico, contra estes moralistas de uma esquerda universalista, que à força tenta impor um modelo de sociedade que destrói a família e isola o indivíduo, atribuindo-lhe mil e uma identidades e géneros. Quanto mais este indivíduo esteja desprovido dos seus (família e amigos), mais facilmente será manipulado e controlado.

Por fim, gostaria de deixar um apontamento cultural. Esta semana foi lançado um livro esquecido pelo tempo e pela memória, o 'valor da raça' de António Sardinha.

Sardinha, foi um intelectual que apesar de ter partido com menos de quarenta anos, deixou-nos uma vasta obra. Fundador do 'Integralismo Lusitano', que foi um movimento intelectual marcadamente monárquico e católico, que apareceu depois da revolução de 1910, como uma resposta ao espírito antipatriótico e anti-clerical da 1ª república.

Morreu precocemente em 1925, não assistindo ao golpe de maio de 1928 que colocou um fim à 1ª república e iniciou a chamada ditadura militar.

Como espírito indomável, seria certamente mais um dos intelectuais perseguidos ou obrigados a integrar a União Nacional com o advento do Estado Novo.

Vale a pena visitar a obra deste intelectual português, sem nunca nos distanciarmos da sua época e da envolvente histórica de um Portugal de início do século passado. Um Sardinha, monárquico, profundamente católico e um patriota que sonhava mais além.

Um grande Bem Haja, e boas leituras.

O CHEGA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Pelos Caminhos de Portugal

COIMBRA

CHEGA EM COIMBRA ALERTA PARA MAU ESTADO DA EN119



O Grupo de Trabalho da concelhia do CHEGA na Figueira da Foz, Coimbra, alerta para o problema que se arrasta há anos: o estado lamentável em que se encontra a estrada N109 entre a Freguesia do Carriço (Pombal, distrito de Leiria) e o concelho de Mira (distrito de Coimbra). Esta estrada nacional, reforça o grupo de trabalho, é o único acesso à Zona Industrial a Sul da Figueira da Foz e aos dois complexos industriais celulósicos do mesmo concelho. A referida estrada Nacional é também um meio de escoamento de produ-

tos de e para o porto marítimo da Figueira da Foz. E com condições de piso tão irregulares e em tão mau estado, aumenta-se exponencialmente o risco para todos os utilizadores da N109. A sinistralidade corre o risco de aumentar devido às más condições rodoviárias desta via de circulação. É urgente que a IP – Infraestruturas de Portugal, faça uma intervenção de fundo na N109 e não só pequenos reparos e alterações pontuais apenas em alguns pontos desta via, deixando toda a restante via em más condições.

AÇORES

CHEGA EXIGE MAIS APOIOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS



O CHEGA enviou à Assembleia Legislativa Regional um requerimento onde exige "um apoio suplementar a todos quantos cuidam de uma pessoa portadora de deficiência", alertando que estes cuidadores "não o fazem por opção, mas sim por uma necessidade do seu familiar incapacitado". No documento, o deputado José Pacheco questiona também o que tem sido feito pelo Governo Regional, em termos de apoios, em relação às pessoas portadoras de deficiência e seus cuidadores. Referindo que cabe ao Estado acautelar que tanto as pessoas com deficiência como os

seus cuidadores "possam ter condições de vida dignas e que permitam uma melhor qualidade de vida dentro das limitações que vivem", o deputado José Pacheco refere que todos têm direito a ser defendidos e incluídos, considerando a necessidade de um apoio suplementar para estes cidadãos e famílias. O Presidente do CHEGA - Açores pretende também saber se o Governo está a ponderar criar novas formas de apoio ou um apoio suplementar "para melhorar a qualidade de vida" de quem vive com uma deficiência e respetivas famílias.

